

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

**SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

**SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

**SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 408   
Brasília - DF, Brasil CEP 70.053-900

Telefone: (+55 61) 2027-7770 – [decom@mdic.gov.br](mailto:decom@mdic.gov.br)

QUESTIONÁRIO DO GOVERNO

Revisão de final de período da medida compensatória aplicada sobre as importações brasileiras de Filme PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Processo Administrativo SECEX nº 52272.004301/2020-68

Contato: (+55 61) 2027-7357 ou filmepetcvd@mdic.gov.br

# INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este questionário tem por objetivo reunir informações necessárias à revisão de final de período da medida compensatória aplicada sobre as importações brasileiras de Filme PET, comumente classificadas no subitem 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99, da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias de República da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. A SDCOM também investigará outros programas identificados no curso da revisão que potencialmente conferem subsídios sujeitos a medidas compensatórias à produção, fabricação, ou exportação do produto objeto da revisão.
2. Além das instruções contidas neste questionário, devem ser observadas as orientações e informações presentes na notificação relativa ao início da investigação e na Circular SECEX que deu início à revisão.
3. A resposta a este questionário deve ser capeada por documento assinado por pessoa que tenha poderes para atuar em nome do governo da Índia, conforme modelo constante do Apêndice I.
4. Toda documentação a ser apresentada à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) deverá sempre fazer referência ao produto objeto da revisão e ao número do processo indicado na capa deste questionário.
5. Este questionário solicita ao governo da Índia informações acerca de subsídios supostamente disponíveis para produtores e/ou exportadores indianos do produto objeto da revisão. Também foi enviado questionário diretamente aos produtores/exportadores listados no Anexo I para determinar se tais empresas usufruíram dos programas em análise.
6. Independentemente da apresentação de argumentos, por parte do governo da Índia, dos produtores/exportadores ou das demais partes interessadas, sobre a possibilidade de os programas listados a seguir estarem sujeitos a medidas compensatórias, as perguntas abaixo devem ser respondidas integralmente, exceto se instruído de outra forma.
7. Nenhuma pergunta ou seção deve ser deixada sem resposta. Refira-se claramente à questão específica que está sendo respondida. Responda às questões na ordem apresentada neste questionário. Informações tabuladas devem ser fornecidas de acordo com os formatos solicitados e devem ser claramente rotuladas.
8. As respostas devem ser claras e precisas, com indicação das fontes das informações fornecidas. Quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas.
9. As unidades de medida e as unidades monetárias empregadas nas tabelas, listas e cálculos deverão ser identificadas claramente e utilizadas de forma consistente em todas as respostas.
10. Conforme disposto no art. 78 do Decreto no 1.751, de 1995, Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) poderá conduzir verificação(ões) **in loco**para examinar os registros acerca dos programas de subsídios e comprovar as informações fornecidas. Planilhas e documentos auxiliares utilizados na elaboração da resposta ao questionário devem ser preservados, para fins de eventual(is) verificação(ões) **in loco**.
11. Informações apresentadas em caráter confidencial deverão estar acompanhadas de fundamentação adequada para o pedido de confidencialidade e de resumo não confidencial das informações julgadas confidenciais. A impossibilidade de se apresentar resumo não confidencial deverá ser devidamente justificada.
12. Tanto as justificativas quanto o resumo não confidencial deverão constar da versão restrita da resposta ao questionário.
13. A versão confidencial da resposta ao questionário, assim como outras informações confidenciais, deverá conter a expressão **CONFIDENCIAL** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, em cor vermelha.
14. A versão restrita da resposta ao questionário deverá conter a expressão **RESTRITA** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, na cor azul.
15. Será dispensado tratamento de informação pública a todas as informações que não forem claramente identificadas como confidenciais ou restritas.
16. Deverão ser protocoladas no Sistema DECOM Digital, simultaneamente, uma versão confidencial e uma versão restrita da resposta ao questionário.
17. Recomenda-se que os arquivos sejam nomeados de forma curta, XX\_YYYY\_nome arquivo, sendo XX = número do arquivo (correspondendo à quantidade de arquivos enviada) e YYYY = tratamento do documento (CONF ou REST).
18. Os arquivos eletrônicos deverão estar, necessariamente, no formato “.pdf” ou no formato “.xlsx”.
19. Na preparação dos dados, sobretudo em tabelas no formato “.xlsx”, os campos alfabéticos devem ser alinhados à esquerda e os campos numéricos à direita.
20. As datas devem ser formatadas como campo de data, e não como campo alfabético, no formato 12/34/5678, sendo: posições 1 e 2 iguais a (=) dia, posições 3 e 4 iguais a (=) mês, posições 5 a 8 iguais a (=) ano.
21. Dados correspondentes a valores monetários devem ser preenchidos separando-se os milhares por ponto e os centavos por vírgula. Exemplo: 2.550,30.
22. Todos os campos devem ser preenchidos. Caso não haja resposta para campos numéricos, digitar o número zero; caso não haja resposta para campos alfanuméricos, digitar as palavras “nenhum”, “não aplicável” ou “não disponível”, conforme o caso, explicando a razão.
23. Solicita-se que os documentos entregues em formato PDF sejam pesquisáveis. Quando digitalizados, que sejam processados preferencialmente com tecnologia OCR para possibilitar a pesquisa de conteúdo. No caso de documentos nato-digitais, recomenda-se que o conteúdo seja indexado e passível de busca.
24. Todas as planilhas eletrônicas devem conter a memória de cálculo e todas as fórmulas utilizadas.
25. O prazo de 40 dias para resposta ao questionário inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de expedição da correspondência que capeia esse questionário. Eventuais pedidos de prorrogação desse prazo em até 30 dias deverão ser solicitados dentro do prazo original para resposta e conter justificativa. Tais pedidos serão examinados levando-se em conta os prazos da revisão.
26. De acordo com a Portaria SECEX no 30, de 8 de junho de 2018, a resposta ao questionário deve ser protocolada por meio do Sistema DECOM Digital.

# INFORMAÇÕES GERAIS

## **Produto objeto da investigação:**

**Filme PET**, comumente classificado nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da NCM, exportado da República da Índiapara o Brasil.

O produto consistem em filmes, chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno), de espessura igual ou superior a 5 micrômetros, e igual ou inferior a 50 micrômetros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona.

Estão excluídos do escopo do produto objeto da investigação (lista não exaustiva):

• importações de Filme PET com espessura fora da faixa especificada (5μ =< e =<50μ);

• importações de Filme de BOPP;

• importações de película fumê automotiva;

• importações de filme de poliéster com silicone;

• importações de rolos para painéis de assinatura;

• importações de filtros para iluminação;

• importações de filmes, chapas, placas de copoliéster PET-G (termoencolhível);

• importações de etiquetas de poliéster;

• importações de folhas de tinteiro;

• importações de filme PET holográfico, microimpresso;

• importações de folha de teste padrão de magnetismo;

• importações de fitas para unitização de carga; e

• importações de Filme PET já processados para outros fins (produto acabado).

## **Período de revisão de** **continuação ou retomada da concessão de subsídios (doravante “período de revisão de subsídios”):**

Outubro de 2018 a Setembro de 2019.

## **Período de revisão de** **continuação ou retomada do dano (doravante “período de revisão de dano”):**

Outubro de 2014 a Setembro de 2019, dividido em cinco períodos, conforme especificado abaixo:

P1 – Outubro de 2014 a Setembro de 2015

P2 – Outubro de 2015 a Setembro de 2016

P3 – Outubro de 2016 a Setembro de 2017

P4 – Outubro de 2017 a Setembro de 2018

P5 – Outubro de 2018 a Setembro de 2019

**SEÇÃO A - PERGUNTAS** **GERAIS**

## Forneça o nome da pessoa que será responsável pelas informações fornecidas no presente questionário, juntamente com o cargo, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail). Essa pessoa será o contato junto ao governo brasileiro no caso de quaisquer dúvidas a respeito da resposta ao questionário e na eventual organização de visita de analistas Da SDCOM ao governo indiano.

## Forneça os nomes e endereços de todos os produtores e exportadores (incluindo **trading companies** ou outras organizações similares) na Índia do produto objeto da revisão.

## Caso o Governo da Índia, ou qualquer outra entidade pública ou privada sob controle do governo indiano, possua qualquer participação ou direito legal de propriedade, direta ou indireta, sobre as empresas que exportaram para o Brasil o produto objeto da revisão de outubro de 2018 a setembro de 2019, indique a porcentagem da participação do governo e qualquer outra informação relevante relacionada à natureza da participação.

## Informe se o Governo da Índia notificou à Organização Mundial de Comércio algum programa de subsídios conforme previsto no artigo 25.2 do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias desde janeiro de 2017. Se a resposta for positiva, forneça cópias das notificações completas e qualquer outra notificação complementar, ou o número de distribuição da mesma na OMC.

## Forneça a descrição do sistema de tributos da Índia aplicado às empresas durante o período de revisão, tanto com relação aos impostos diretos quanto aos indiretos. Forneça detalhes acerca da natureza, operação, base de cálculo e alíquotas de cada tipo de tributo aos quais as empresas da Índia estiveram sujeitas durante o período de revisão. Forneça documentos originais e traduções para o português de quaisquer leis ou regulamentos, ou parte deles, relativamente aos tributos solicitados neste item. Indicar se houve alterações legislativas relativas ao sistema de tributos da Índia, incluindo tributos e taxas aplicáveis sobre operações de comércio exterior, desde o encerramento do período de investigação de subsídios da investigação original (janeiro a dezembro de 2013) até o período de revisão de subsídios desta revisão (outubro de 2018 a setembro a 2019.

## Forneça visão geral da política de comércio exterior da Índia, com descrição dos tributos incidentes sobre as operações de comércio exterior e descrição de cada um dos programas disponíveis. Forneça cópia completa do manual de procedimentos do Departamento de Comércio da Índia vigente durante o período de revisão. Forneça toda e qualquer atualização normativa realizada na política de comércio exterior da Índia desde a entrada em vigor da **Foreign Trade Policy 2015-2020**.

## Forneça os nomes, endereços e sítios eletrônicos de todas as instituições governamentais, incluindo qualquer entidade pública ou privada sob controle do Governo da Índia, que atuam no setor relacionado ao produto investigado.

## Forneça lista completa de todos os bancos e instituições financeiras na Índia que são associados ao governo (bancos estatais, bancos controlados pelo governo, bancos em que o governo possui participação acionária e bancos envolvidos na implementação de políticas públicas do governo indiano).

## Informe se o Governo da Índia concedeu algum aporte de capital no período de outubro de 2004 a setembro de 2019 às empresas que exportaram para o Brasil o produto objeto da investigação outubro de 2018 a setembro de 2019. Em caso afirmativo, forneça a data e o montante do aporte.

## Detalhe quais as condições especificadas pelo Governo da Índia para a reimportação de bens exportados sob os esquemas de isenção e remissão de direitos aduaneiros.

## Forneça as taxas de juros de longo (acima de um ano) e curto prazo (até 12 meses) prevalentes na Índia durante os últimos 15 anos, de outubro de 2004 a setembro de 2019, relativas a empréstimos comerciais não garantidos concedidos por bancos privados, acompanhados de publicação oficial. Discrimine as taxas de juros por tipo de empréstimo (ex.: capital de giro, longo prazo), e por tipo de moeda (nacional ou estrangeira).

## Descreva a estrutura da indústria, na Índia, na qual o filme PET está inserido, dando ênfase a este produto.

## Apresente uma breve visão do Governo da Índia sobre as mudanças ocorridas de 2014 a 2019 nos mercados indiano e mundial do produto objeto da revisão, destacando as mudanças na demanda mundial e as atitudes tomadas pelo Governo da Índia em contrapartida. Informe eventuais medidas do governo indiano na composição da oferta por parte dos produtores indianos.

## Apresente cópias completas dos planos e políticas (industriais, desenvolvimento, comércio exterior, etc.) de cada estado e cidade em que as empresas identificadas no Anexo I e suas partes relacionadas ou associadas estão registradas e nos quais estão localizadas suas instalações, especialmente aqueles referentes aos Estados de Gujarat, Maharashtra e Uttar Pradesh.

## Aponte as empresas da indústria do produto objeto da revisão que receberam, na Índia, recursos advindos de programas de incentivo de investimentos de outubro de 2018 a setembro de 2019, considerando produtores de filmes plásticos e fornecedores de insumos para a produção de filmes plásticos. Informe o montante recebido pelas empresas apontadas.

**SEÇÃO B - PROGRAMAS ESPECÍFICOS OBJETO DE REVISÃO**

**Programas nacionais de subsídios da Índia:**

1. **Advance Authorization Scheme** – AAS e **Advance License Order** – ALO;
2. **Export Promotion Capital Goods Scheme** – EPCG;
3. **Export Oriented Units Scheme** – EOU;
4. **Special Economic Zones Scheme**– SEZ;
5. **Duty Free Import Authorisation** – DFIA;
6. **Deemed Exports** (Exportações presumidas);
7. **Central Capital Investment Subsidy Scheme** – CCISS;
8. **Merchandise Exports from India Scheme** – MEIS;
9. **Duty Drawback Scheme** (DDS); e
10. Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC).

**Programas de subsídios do Estado de Gujarat, Índia:**

1. **Electricity Exemption Scheme** – GEDES.

**Programas de subsídios do Estado de Maharashtra, Índia:**

1. **Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries;**
2. **Financial incentives for MSMEs;**
3. **Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS;**
4. **Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS;**
5. **Incentives for Mega Projects/Ultra-MegaProjects;**
6. **Incentives of Industrial Promotion Subsidy;**
7. **Interest Subsidy;**
8. **Electricity Duty Exemption e Power Tariff Subsidy;**
9. **Stamp Duty Exemption**.

**Programas de subsídios do Estado de Uttar Pradesh, Índia:**

1. **Investment Promotion Scheme;**
2. **Capital Interest Subsidy Scheme;**
3. **Infrastructure Interest Subsidy Scheme;**
4. **Industrial Quality Development Subsidy Scheme;**
5. **EPF Reimbursement Scheme;**
6. **Stamp Duty Exemption.**

**Outros programas de subsídios utilizados:**

1. Outros programas de subsídios utilizados.

# SUBSEÇÃO B.1 - QUESTÕES GERAIS PARA TODOS OS PROGRAMAS

Para cada programa especificado na Seção B, forneça as informações que seguem. Responda às perguntas em bloco por programa, reproduzindo a pergunta realizada. Caso a pergunta não se aplique ao que se propõe, responder “Não se aplica” e esclarecer o motivo, se necessário.

1. Forneça o nome do departamento, agência, ou entidade não governamental autorizada que administra o programa, juntamente com o nome, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico de um funcionário graduado do setor. Se houver mais de um nível governamental ou fundo envolvido, por favor, explique o papel de cada entidade (ex. organização, fonte de financiamento, administração, autoridade responsável pela aprovação). Se forem necessárias informações de outras autoridades, por exemplo, do governo estadual, encaminhe as questões para a fonte apropriada. É responsabilidade do Governo da Índia assegurar a obtenção de uma resposta completa sobre os programas regionais da autoridade estadual/local competente.

2. Forneça descrição do programa, incluindo a finalidade do programa e a data em que foi estabelecido. Inclua descrição detalhada dos benefícios disponíveis sob o programa. Inclua a data em que o programa iniciou sua operação, assim como as datas de quaisquer mudanças significativas no modo de operação do programa. Esclareça se o programa estava em operação durante o período de revisão e se o mesmo continua em operação até a presente data.

3. Identifique as empresas que exportaram para o Brasil o produto objeto da revisão de outubro de 2018 a setembro de 2019 (incluindo todas as empresas transnacionais e quaisquer **trading companies** que exportaram o produto objeto da revisão), que participaram deste programa durante o período de revisão e, se for o caso, o número de anos precedentes. Especifique se elas solicitaram ou receberam benefícios sob este programa. Identifique para cada empresa produtora/exportadora os montantes dos benefícios recebidos durante o período de investigação, detalhando cada ocasião em que um benefício foi recebido. No caso de empréstimos, liste, por empresa produtora/exportadora, para cada empréstimo vigente durante o período de revisão, o nome do credor, a quantidade, a duração e a moeda do empréstimo, a taxa de juros e o prazo para pagamento do empréstimo (principal e juros).

As questões a seguir dizem respeito às empresas identificadas no Anexo I, doravante designadas ainda como empresas produtores/exportadoras. Também deve ser fornecida resposta completa a este questionário referente a cada uma das empresas relacionadas ou associadas[[1]](#footnote-1) às empresas exportadoras, quando ao menos uma das seguintes situações existir:

* + - A empresa relacionada ou associada produziu o produto objeto da revisão;
    - A empresa relacionada ou associada é a matriz ou **holding** de qualquer uma das empresas exportadoras;
    - A empresa relacionada ou associada fornece insumos, para uma ou mais das empresas exportadoras, usados na fabricação do produto à jusante elaborado pela empresa respondente;
    - A empresa relacionada ou associada recebeu um subsídio e o transferiu para uma ou mais das empresas exportadoras.

Se alguma destas empresas, incluindo quaisquer **trading companies** por meio das quais uma empresa exportadora exportou para o Brasil o produto objeto da revisão durante o período da revisão, solicitou, recebeu, reivindicou, acumulou ou usou a assistência sob este programa durante o período designado, deve-se responder às perguntas restantes nesta seção para o período objeto da revisão. Se nenhuma destas empresas solicitou, recebeu, reclamou, acumulou ou utilizou assistência ao abrigo deste programa durante o período designado, não devem ser respondidas as perguntas restantes nesta seção. Ressalta-se que, se este programa tiver sido encerrado, mas houver benefícios residuais, ou se um programa substituto tiver sido implementado, e as empresas investigadas ainda estiverem recebendo benefícios, reivindicando ou usando assistência no âmbito do programa ou se tiverem solicitado, recebido, reivindicado, acumulado ou utilizado assistência no âmbito do programa substituto, deve-se responder a todas as perguntas restantes para assistência residual ou os programas substitutos.

4. Forneça cópias das leis, regulamentos e publicações relativos ao programa e de quaisquer relatórios internos ou externos relativos ao programa que fossem aplicáveis durante o período objeto da revisão.

5. Identifique e explique os tipos de registros mantidos pela autoridade governamental administradora do programa (por exemplo: registros contábeis, arquivos, bases de dados, autorizações orçamentárias, relatórios estatísticos para oficiais graduados, distribuição de participação ou benefícios por companhia ou setor industrial).

6. Se a assistência no âmbito do programa foi prestada por uma entidade que não seja uma entidade nacional, estadual ou local, responda às seguintes perguntas:

1. Qual é o estatuto jurídico da entidade, por exemplo, é uma entidade e/ou uma corporação governamental, instituição de crédito do governo, entidade comercial?
2. Explique como a entidade foi estabelecida e se esta opera de acordo com estatutos, decretos e/ou regulamentos. Explique os estatutos, decretos e regulamentos pertinentes nos termos dos quais a entidade foi criada e opera.
3. Qual é a base jurídica que regula a prestação de assistência da entidade no âmbito do programa? Fornecer cópias das medidas legais pertinentes.
4. A entidade listada acima recebeu algum financiamento direto ou indireto ou apoio de uma entidade governamental? Especifique se o governo forneceu qualquer financiamento direto ou indireto com a finalidade de prover assistência ao abrigo deste programa.
5. A entidade listada acima fornece assistência ao abrigo do programa de acordo com diretrizes e/ou critérios específicos ao abrigo deste programa? Descreva essas diretrizes e/ou critérios.
6. Forneça a estrutura de propriedade de cada entidade e especifique o montante de qualquer propriedade estatal direta ou indireta durante o período da revisão (e para cada ano em que a assistência foi prestada).
7. Fornecer o(s) relatório(s) anual(is) referente(s) ao período de revisão (e para cada ano em que a assistência foi prestada), para cada entidade.
8. Quais são as principais atividades e funções de cada entidade que forneceu assistência ao abrigo do programa?
9. Explique por que a assistência sob este programa foi fornecida por essa entidade e não diretamente pelo governo.

7. Descreva os processos de solicitação e aprovação, incluindo qualquer taxa cobrada pela autoridade governamental que administre o programa. Forneça cópia de um formulário de solicitação em branco e de um documento de concessão do benefício descrevendo os critérios e condições analisados para a aprovação da solicitação. Descreva as obrigações, contratuais ou de outra natureza, tanto do Governo da Índia quanto da empresa participante do programa.

8. Forneça cópias de formulários aceitos, anexos e contratos acordados com exportadores, bem como os documentos de aprovação da autoridade pertinente.

9. Arrole as taxas cobradas ou despesas incorridas pelos exportadores para participarem do programa.

10. Descreva detalhadamente os critérios de elegibilidade que devem ser preenchidos para o recebimento dos benefícios do programa. Apresente a legislação que detalha os critérios de elegibilidade para o programa. Aponte se a elegibilidade foi ou atualmente é condicionada a um ou mais dos seguintes critérios:

1. ser (ou não ser) empresa exportadora ou comprometer-se com o aumento de suas exportações;
2. o uso de maquinário ou matéria-prima/insumos domésticos em detrimento de produtos estrangeiros;
3. a indústria à qual a empresa pertence;
4. o tamanho da empresa (p.e. pequena empresa, média empresa ou grande), sendo necessário, nesse caso, apresentar a legislação que define tal enquadramento segundo o tamanho da empresa; ou
5. a região na qual a companhia está localizada.

11. Se, quando da aprovação dos documentos, a atividade a ser apoiada foi especificada, identifique a atividade e forneça documentação comprobatória.

12. Forneça uma lista, por indústria e por região, das empresas na Índia que participaram deste programa durante o período de revisão de dano (outubro de 2014 a setembro de 2019), junto com a quantidade total de benefícios recebidos por cada indústria em cada região.

13. Forneça as seguintes informações, em forma de tabela, sobre o número de empresas e indústrias beneficiárias e sobre o montante da assistência aprovada no âmbito deste programa para o ano em que uma empresa exportadora foi aprovada para assistência, bem como cada um dos três anos anteriores.

1. O montante da assistência aprovada para cada empresa exportadora, incluindo todas as **trading companies** que vendem o produto objeto da investigação;
2. O montante total da assistência aprovada para todas as empresas no âmbito do programa, segregando tal informação por indústria e por região;
3. O número total de empresas que foram aprovadas para assistência ao abrigo deste programa, segregando tal informação por indústria e por região;
4. O montante total da assistência aprovada para a indústria em que operam as empresas exportadoras, bem como os totais para todas as outras indústrias em que as empresas foram aprovadas para assistência ao abrigo deste programa. Na identificação das indústrias, use qualquer recurso ou esquema de classificação que seu governo normalmente usa para definir indústrias e classificar empresas dentro de uma indústria. Forneça as diretrizes de classificação relevantes e assegure-se de que a lista fornecida reflita níveis consistentes de classificação industrial. Identifique claramente a indústria em que as empresas exportadoras do produto objeto da investigação são classificadas.
5. Número total de empresas que solicitaram mas tiveram recusada a assistência ao abrigo deste programa. Aponte as circunstâncias em que a negativa se deu.

14. Caso o programa tenha sido extinto, informar quando foi encerrado e em quais condições. Apresentar cópia da legislação respectiva, e da legislação do programa que o substituiu, caso aplicável. Informar ainda a última data em que uma empresa pôde solicitar benefícios sob o programa e também a última data em que uma empresa poderá receber os benefícios sob o programa.

15. Caso haja mudanças planejadas para o programa, detalhar as mudanças planejadas.

**SUBSEÇÃO B.2 - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS**

**Programas nacionais de subsídios da Índia**

1. **Advance Authorization Scheme** – AAS e **Advance License Order** – ALO:

Conforme entendimento da SDCOM, o programa de autorização antecipada tem como objetivo isentar de taxas de importação os insumos utilizados na fabricação de produtos a serem exportados. A autorização isenta seu beneficiário do pagamento dos impostos aduaneiros básicos, das taxas aduaneiras adicionais, da contribuição educacional e de qualquer direito antidumping ou medida de salvaguarda que esteja em vigor. A emissão das autorizações antecipadas está condicionada à agregação de valor sobre os insumos importados.

a.1 – Esclareça qual base de dados e metodologia foram utilizados para determinar as **Standard Input Output Norms** - SION relativas a filme PET vigentes durante o período de revisão. Se possível, apresente a memória de cálculo das normas aplicáveis ao produto objeto da revisão. Se não existirem normas SION para filme PET, forneça as normas **ad hoc** aplicáveis ou normas de declaração própria para o produto objeto da revisão.

a.2 – Esclareça se existe uma reavaliação das SION ou de qualquer outra norma **ad hoc**ou de aplicação própria relativa a filme PET, como ela é feita e com qual periodicidade. Forneça cópia das Normas Padrão de Insumo Produto (SION) pertinentes ao produto objeto da revisão.

a.3 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da revisão e em quais quantidades para o propósito do deferimento da autorização antecipada.

a.4 – Informe sobre a existência de averiguações adicionais (e.g. verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto objeto da revisão e em quais quantidades, quando da eventual concessão de excessivos abatimentos ou devoluções por meio de autorização antecipada. Descreva com base em quais critérios e com que periodicidade estas averiguações ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos assumidos.

a.5 – Especifique se os exportadores do produto investigado foram fiscalizados pelas autoridades indianas competentes durante o período de análise, ou se apresentaram solicitações ou obtiveram deferimento de extensão do prazo da obrigação de exportar concedido no AAS e/ou ALO ou sua revalidação entre outubro de 2014 a setembro de 2019.

a.6 – Esclareça o que a legislação indiana define por “exportações presumidas”, informando, em tais casos, como se dá o pedido de autorização antecipada e o controle das operações a que a mesma se refere.

1. **Export Promotion Capital Goods Scheme** – EPCG

Conforme entendimento da SDCOM, pelas regras do EPCG, a empresa que assume a obrigação de exportar é autorizada a importar bens de capital, novos e usados, à taxa reduzida de impostos incidentes sobre a operação de importação.

b.1 – Indicar, para as empresas sob investigação, a lista dos bens de capital importados entre outubro de 2004 e setembro de 2019 sob o regime, os direitos aduaneiros que normalmente incidiriam sobre as importações daqueles bens, os direitos aduaneiros efetivamente recolhidos, bem como o período que cada empresa possui para cumprir sua obrigação de exportação sob este regime.

b.2 – No caso de não cumprimento da obrigação de exportar dentro do regime EPCG, informe as consequências enfrentadas e as penalidades aplicadas à empresa. Caso tenha sido observado o descumprimento deste compromisso por algum dos exportadores sob análise, explicite os direitos aduaneiros e penalidades pagos pelos mesmos à autoridade indiana pertinente.

b.3 – No caso das autorizações do titular de uma licença EPCG optar por adquirir bens de capital no mercado indiano, esclarecer: a) quem é o responsável pelo cumprimento da obrigação de exportar; b) com base em que valores e como a obrigação de exportação é calculada, e c) em relação ao fornecedor interno, como funciona a possibilidade de opção entre a licença EPCG e a autorização antecipada para exportações presumidas.

b.4 – Forneça o calendário normal de depreciação.

1. **Export Oriented Units** – EOU

Conforme entendimento da SDCOM, as empresas estabelecidas como EOU – as quais se comprometem a exportar a totalidade da sua produção - possuem isenção dos direitos de importação sobre todos os tipos de produtos necessários para a fabricação e transformação dos produtos exportados. Possuem também isenção dos direitos especiais de consumo sobre mercadorias adquiridas no mercado interno e reembolso do imposto nacional sobre as vendas pago sobre as mercadorias adquiridas no mercado interno. Além disso, podem vender parte da sua produção no mercado interno, desde que paguem os direitos aplicáveis ao produto acabado, como exceção ao requisito geral de exportação da totalidade da produção.

c.1 – Informe os controles que devem ser mantidos pelas empresas sob este regime para reportar ao governo indiano o montante de direitos e tributos que se beneficiam da isenção.

c.2 – Indique se alguma das unidades das empresas investigadas foram estabelecidas com status de EOU entre outubro de 2004 e setembro de 2019. Forneça cópia do documento que a reconheceu como EOU, por parte da autoridade competente, nos termos definidos pelo programa. Para cada uma delas, detalhe os benefícios que passou a usufruir em decorrência do enquadramento neste programa (isenção de tributos nas importações de bens, isenção ou redução nos tributos sobre vendas ou consumo, etc.).

c.3 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades para o propósito do deferimento de benefícios atrelados a EOU.

c.4 – Informe sobre a existência de averiguações adicionais (e.g. verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades quando da eventual concessão de excessivos abatimentos ou devoluções por meio de EOU. Descreva com base em quais critérios e em que periodicidade estas averiguações ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos de exportação assumidos.

1. **Special Economic Zones** – SEZ

Conforme entendimento da SDCOM, as Zonas Econômicas Especiais – SEZ consistem em zonas francas especificamente delimitadas, isentas de direitos aduaneiros, e consideradas, no âmbito do documento sobre política de exportação e de importação, território estrangeiro para efeitos comerciais e fiscais.

d.1 – Liste todas as Zonas Econômicas Especiais da Índia.

d.2 – Informe os controles que devem ser mantidos pelas empresas localizadas em SEZ para reportar ao governo indiano o montante de direitos e tributos que se beneficiam da isenção.

d.3 – Indique as plantas das empresas sob investigação estabelecidas em SEZ entre outubro de 2004 e setembro de 2019. Forneça cópia da aprovação, por parte da autoridade competente, para o estabelecimento da empresa em uma SEZ, nos termos definidos pelo programa. Para cada planta das empresas sob investigação, detalhe os benefícios que cada uma passou a usufruir em decorrência do enquadramento neste programa (isenção de tributos nas importações de bens, isenção ou redução nos tributos sobre a renda, vendas ou consumo, etc.).

d.4 –Descreva o sistema ou procedimento existente que permitem às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades para o propósito do deferimento de benefícios relacionados com SEZ.

d.5 – Informe sobre a existência de averiguações adicionais (e.g. verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades quando da eventual concessão de excessivos abatimentos ou devoluções por meio de SEZ. Descreva com base em quais critérios e em que periodicidade estas averiguações ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos de exportação assumidos.

d.6 Forneça cópia em branco de todos os formulários sobre tributos corporativos para os períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019, incluindo todos os anexos. Forneça cópia de eventuais manuais ou guias para o preenchimento dos mesmos.

d.7 - Forneça cópia de publicação oficial detalhando as alíquotas de imposto de renda e de quaisquer outros tributos corporativos vigentes nos períodos de outubro de 2017 a setembro de 2018 e outubro de 2018 a setembro de 2019.

d.8 – Detalhe em quais campos dos formulários acima são declaradas as isenções relativas a SEZ. Demonstre como elas são calculadas, fazendo referência à legislação e outras publicações fornecidas nas respostas aos itens d3, d4 e d9.

d.9 – Se uma empresa apresenta prejuízo, informe que efeito tem este fato para fins de isenção de imposto de renda no caso de SEZ e EOU. Detalhe os procedimentos normalmente adotados nestas situações.

1. **Duty Free Import Authorisation –** DFIA

Conforme entendimento da SDCOM, o certificado DFIA é uma licença concedida aos comerciantes exportadores ou aos produtores exportadores para a importação, sem o pagamento dos direitos aduaneiros básicos, de quantidades determinadas de insumos utilizados na produção de mercadorias a serem exportadas. Para que seja concedida uma licença no âmbito do DFIA, é necessário que o beneficiário agregue pelo menos 20% de valor ao produto importado.

e.1 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado, e em quais quantidades, para o propósito do deferimento do certificado DFIA.

e.2 – Especifique quais são os postos aduaneiros utilizados pelas empresas sob investigação para fins do DFIA.

e.3 – Informe sobre a existência de averiguações adicionais (e.g. verificações, fiscalizações, avaliações, etc.) levados a cabo pela autoridade indiana para determinar quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades quando da eventual concessão do certificado DFIA. Descreva com base em quais critérios e em que periodicidade estes exames ocorrem, bem como as penalidades aplicadas ao exportador quando do descumprimento dos compromissos de agregação de valor mínimo.

e.4 - No que se refere à concessão de certificados, descreva como é efetuado o controle para que produtos exportados produzidos a partir de importações que já se beneficiaram de algum regime especial de remissão ou isenção de direitos aduaneiros não sejam utilizados para obtenção do DFIA. Descreva como os controles mantidos pela autoridade indiana contemplam as situações em que o titular de um certificado DFIA o transfere a terceiros.

e.5 – Descreva quais os critérios utilizados pela autoridade indiana competente na fixação da quantidade de produtos que poderá ser importada em cada certificado DFIA. Esclareça se exportações presumidas são consideradas no cálculo do DFIA. Apresente a memória de cálculo de um certificado. Explique como a autoridade indiana controla os direitos aduaneiros que deixam de ser pagos com base no certificado DFIA.

e.6 – Enumere quais direitos aduaneiros e demais taxas incidentes sobre a importação podem não ser pagos pelo beneficiário de um certificado DFIA. Especifique as diferenças entre os certificados DFIA, as autorizações AAS e os créditos DEPB, principalmente no que tange aos direitos aduaneiros que podem ser compensados/isentados com base nestes programas.

1. **Deemed Exports**

De acordo com o entendimento da SDCOM, exportações presumidas são operações que detêm o status de exportação, mas cujos bens, fabricados na Índia são intermediários utilizados na fabricação dos produtos a serem exportados.

f.1 – Quando da realização de exportações presumidas informe como o governo concede benefícios à empresa nessa condição de intermediária e quais são esses benefícios.

f.2 – Informe se o governo dispensa o pagamento de direitos aduaneiros ou tributos quando da aquisição dos insumos utilizados na fabricação dos produtos das exportações presumidas. Se sim, discrimine quais são os direitos e tributos.

f.3 – Informe qual documentação o governo exige para confirmar a realização da exportação presumida e qual documentação exige para comprovar a subsequente exportação física.

f.4 – Informe qual documentação o governo exige das empresas para confirmar a realização da exportação presumida para fins de dispensa dos tributos incidentes sobre a aquisição dos insumos utilizados.

1. **Central Capital Investment Subsidy Scheme** - CCISS

Conforme entendimento da SDCOM, o programa CCISS subsídio de capital do Governo Nacional, direcionado aos estados de Uttranchal e Himachal Pradesh, com o fim de promover a aceleração do desenvolvimento industrial nas duas regiões. o benefício é concedido quando se instalam novas unidades industriais ou são realizadas expansões substanciais em unidades já existentes. De acordo com a legislação indiana, expansões substanciais correspondem a aumentos de não menos de 25% do valor do investimento em capital fixo de uma unidade industrial, com o propósito de modernização, diversificação e expansão de capacidade. O subsídio de capital – sob a forma de reembolso parcial do valor investido – corresponde a 15% do investimento em capital fixo para novas unidades, ou do investimento em capital fixo da expansão substancial para unidades pré-existentes, ambos sujeitos a um teto de 3.000.000 de rúpias. Aparentemente, o programa foi encerrado em março de 2017.

g.1 – Indicar, para as empresas sob investigação, de forma individual, o valor total do subsídio concedido pelo governo indiano no período de outubro de 2004 a setembro de 2019.

g.2 – Informe o mecanismo pelo qual o governo verifica que o benefício concedido foi utilizado para a instalação de novas unidades industriais ou expansão substancial em unidades já existentes adquirida pelas empresas sob investigação.

g.3 – Forneça o calendário normal de depreciação.

g.4 – Esclareça se há outros benefícios oriundos da participação nestes programas. Caso haja, explique detalhadamente a natureza e de que forma o governo concede esses benefícios, bem como os montantes recebidos pelas empresas investigadas durante o período de investigação.

g.5 – Esclareça se o programa foi efetivamente encerrado em março de 2017, informar se o CCISS foi substituído por outro programa semelhante.

g.6 – Explique se há possibilidade de usufruto do benefício mesmo após o encerramento do programa, indicando qual o prazo máximo para tanto.

1. **MEIS - Merchandise Exports Incentive Scheme**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa tem por finalidade compensar supostas ineficiências de infraestrutura e custos associados à exportação de certos bens/produtos fabricados na Índia para determinados mercados de destino, mediante emissão de certificado com valor de dois, três ou cinco por cento do valor FOB das exportações, tal como é dado nos conhecimentos de embarque, em moeda estrangeira livre. Para receber o certificado, a empresa interessada deve efetuar um pedido eletrônico e submeter a documentação de embarque ao Diretor Geral de Comércio Exterior. Após a interessada receber e registrar o certificado de crédito, poderá usá-lo para abater tributos incidentes na importação de mercadorias, ou transferi-lo para outrem.

n.1 – Informe se as empresas investigadas solicitaram ou obtiveram acesso ao programa no período de outubro de 2018 a setembro de 2019.

n.2 – Esclareça se o programa é cumulativo com os demais estabelecidos na política de comércio exterior indiana vigente no período de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Duty drawback scheme** (DDS)

Conforme entendimento da SDCOM, este programa reembolsa tributos recolhidos na importação de insumos utilizados na produção de um bem exportado. A restituição dos valores seria calculada a partir de um percentual do valor FOB exportado, variável de acordo com a mercadoria exportada.

i.1 – Informe quanto o governo reembolsou às empresas sob investigação no período de outubro de 2018 a setembro de 2019.

i.2 – Descreva o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes avaliar e controlar as relações de consumo de matérias-primas e insumos utilizados na fabricação do produto objeto da revisão.

i.3 - Esclarecer como o governo se certifica que o reembolso conferido às empresas é relativo apenas às exportações efetuadas no âmbito do DDS e como se certifica que não são conferidos reembolsos superiores ao que seria efetivamente devido.

1. **Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC)**

Conforme entendimento da SDCOM, este programa permite que empresas indianas que invistam em áreas economicamente menos desenvolvidas da Índia reduzam o seu lucro tributável em até 100% do lucro obtido nas instalações de produção localizadas em áreas geográficas designadas para um período de cinco anos e até 30% para os anos subsequentes.

j.1 – Informe se as empresas sob investigação reivindicaram inclusão no programa no período de outubro de 2014 a setembro de 2019, apresentando as respectivas declarações de imposto de renda relativas ao período investigado.

j.2 – Informe se as empresas sob investigação mantiveram instalações nas áreas que possibilitam acesso ao programa no período de outubro de 2014 a setembro de 2019.

**Programas de subsídios do Estado de Gujarat**

1. **Electricity Exemption Scheme** – GEDES

Conforme entendimento da SDCOM, o Governo de Gujarat concede benefícios por meio da isenção fiscal de imposto de eletricidade concedida a empresas do setor industrial situada em certas regiões economicamente desfavorecidas, nos termos do **Gujarat Electricity Duty Act**, 1958 e suas emendas publicadas no **Gujarat Government Gazette**. A última emenda teria sido em 2013 (Gujarat Act N° 8).

k.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

**Programas de subsídios do Estado de Maharashtra**

1. **Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries;**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

l.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Financial incentives for MSMEs**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

m.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

n.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

o.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Incentives for Mega Projects/Ultra-MegaProjects**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

p.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Incentives of Industrial Promotion Subsidy;**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

q.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Interest Subsidy;**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

r.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Electricity Duty Exemption e Power Tariff Subsidy;**

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

s.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Stamp Duty Exemption**.

Conforme entendimento da SDCOM, o programa em questão faz parte do **Package Scheme of Incetives** do Estado de Maharastra, por meio do qual há transferência de fundos ou não recolhimento de receita pública por parte do Governo de Maharastra.

t.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

**Programas de subsídios do Estado de Uttar Pradesh**

1. **Investment Promotion Scheme**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

u.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Capital Interest Subsidy Scheme**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

v.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Infrastructure Interest Subsidy Scheme;**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

w.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Industrial Quality Development Subsidy Scheme;**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

x.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **EPF Reimbursement Scheme**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

y.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

1. **Stamp Duty Exemption**

Conforme entendimento da SDCOM, o governo de Uttar Pradesh concede benefícios por meio de programas de subsídios, entre os quais o programa em comento, constantes nos documentos Política de Investimento no Setor Industrial e de Serviços de 2004 e **Industrial Investment Policy Uttar Pradesh** 2017.

z.1 Informe, em relação às plantas e/ou unidades das empresas investigadas, qual o valor total do subsídio concedido pelo governo do estado de outubro de 2018 a setembro de 2019.

**Outros programas de subsídios na Índia**

1. **Outros empréstimos e incentivos fiscais em respeito à atividade industrial, localização ou exportações concedidos pelo governo da Índia, nas esferas nacional, estaduais e locais**

Se o governo da Índia, qualquer de suas agências ou qualquer outra instituição não governamental fornecer algum outro programa de assistência (inclusive programas de assistência e desenvolvimento de mercado ou qualquer programa de apoio doméstico relacionado à fabricação do produto objeto da investigação) não analisado previamente, por favor, identifique o programa.

Tais programas são aqueles que constituem subsídios como definido no artigo I do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio. Tal definição inclui qualquer subsídio condicional ao desempenho exportador, ainda que isolada ou dentre várias outras condições, incluindo aqueles do anexo I do mesmo acordo. Também estão incluídos quaisquer programas de subsídios que são condicionados ao uso de produtos domésticos ao invés de importado, ainda que isolado ou dentre várias outras condições (i.e., em que o Governo da Índia fornece assistência financeira aos exportadores do produto objeto da investigação para fins de reduzir custos de insumos domésticos, ferramentas, maquinário e assim por diante, resultando no fato de tais bens serem comprados de produtores domésticos ao invés de fornecedores estrangeiros).

Para cada um desses programas, responda às questões gerais identificando-os com as letras “aa” e subsequentes.

**ANEXO I**

Ester industries Ltd.

Garware Polyester Ltd.

Jindal Polyester Films Ltd.

Kaygee Loparex India Pvt Ltd.

Max Speciality film Ltd.

Polyplex Corporation Ltd.

Technova Imaging Systems Ltd.

Vacmet India Ltd.

Polypacks Industries

# APÊNDICE I

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

PARTE INTERESSADA:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

Certifico a veracidade das informações contidas neste questionário e estou ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação **in loco** pela SDCOM.

Autorizo a SDCOM a utilizar as informações apresentadas neste questionário.

Estou ciente de que as informações apresentadas em caráter confidencial, desde que fundamentadas, serão tratadas como tal e não serão reveladas sem autorização expressa da parte que represento, observadas as disposições legais pertinentes.

Local e data

Assinatura do representante legal

Nome legível do representante legal

Cargo do representante legal

1. Duas empresas são consideradas relacionadas se: uma delas ocupa cargo de responsabilidade ou de direção em empresa da outra; se forem legalmente reconhecidas como associados em negócios; forem empregador e empregado; qualquer pessoa, direta ou indiretamente, possuir, controlar ou detiver cinco por cento ou mais das ações ou títulos emitidos com direito a voto de ambas; se uma delas, direta ou indiretamente, controlar a outra, inclusive por intermédio de acordo de acionistas; se forem ambas, direta ou indiretamente, controladas por uma terceira pessoa; se juntas controlarem direta ou indiretamente uma terceira pessoa; ou se forem membros da mesma família; ou ainda se houver relação de dependência econômica, financeira ou tecnológica com clientes, fornecedores ou financiadores. [↑](#footnote-ref-1)